

Selma Rodrigues Souto  
PREFEITA



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.445, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

A **Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a ANDRÉ DE JESUS, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 004/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** O permissionário, a sua exclusiva expensa, é o responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 004/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a ANDRÉ DE JESUS, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 288.259.108-00, RG nº 38.343.660-06 SSP/SP, residente na Rua Luiz Alves, 17, bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*‘Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

(...)

VOTO

(...)

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*‘Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações.”*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: “Um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda.

**II – FINALIDADE**

O PERMISSIONÁRIO poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas do PERMISSIONÁRIO, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

O PERMISSIONÁRIO é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

O PERMISSIONÁRIO, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

O PERMISSIONÁRIO será responsabilizado pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

O PERMISSIONÁRIO responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir ao PERMISSIONÁRIO direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo o PERMISSIONÁRIO ser notificado com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**ANDRÉ DE JESUS**

Permissionário



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.446, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a MANOEL MESSIAS ROSA OLIVEIRA, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 005/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** O permissionário, a sua exclusiva expensa, é o responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 005/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a MANOEL MESSIAIS ROSA OLIVEIRA, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 318.381.838-84, RG nº 59.184.072-8 SSP/BA, residente na Rua Luiz Alves, 17, bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

*'Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

*(...)*

*VOTO*

*(...)*

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*'Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações."*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: "Um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda.

**II – FINALIDADE**

O PERMISSIONÁRIO poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



## **Prefeitura Municipal de Macarani GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas do PERMISSIONÁRIO, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

### **V – PROIBIÇÕES**

O PERMISSIONÁRIO é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

O PERMISSIONÁRIO, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

### **VIII – RESPONSABILIDADE**

O PERMISSIONÁRIO será responsabilizado pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

O PERMISSIONÁRIO responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir ao PERMISSIONÁRIO direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo o PERMISSIONÁRIO ser notificado com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**MANOEL MESSIAS ROSA DE OLIVEIRA**

Permissionário



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.447, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a AMANDA NASCIMENTO PORTO, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque n. 04, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 006/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** A permissionária, a sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista à Permissionária qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 006/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a AMANDA NASCIMENTO PORTO, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 060.835.085-09, RG nº 15025458-02 SSP/BA, residente na Rua Jaime Bezerra, 23, bairro Marjorie Parque, Macarani-BA, de ora em diante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

---

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*‘Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

*(...)*

VOTO

*(...)*

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*‘Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações.”*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: “um quiosque n. 04, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta.

**II – FINALIDADE**

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da PERMISSONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

A PERMISSONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

A PERMISSONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

A PERMISSONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir à PERMISSIONÁRIA direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo a PERMISSIONÁRIA ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**AMANDA NASCIMENTO PORTO**

Permissionária



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.448, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

***“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a CORDÉLIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque n. 05, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 007/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** A permissionária, a sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista à Permissionária qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 007/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a CORDÉLIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 907.918.605-82, RG nº 06722356-76 SSP/BA, residente na Rua Jaime Bezerra, 23, bairro Marjorie Parque, Macarani-BA, de ora em diante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como "todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada".*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022







Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*'Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

(...)

VOTO

(...)

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*'Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações."*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: "um quiosque n. 05, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta.

**II – FINALIDADE**

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da PERMISSONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

A PERMISSONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

A PERMISSONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

A PERMISSONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir à PERMISSIONÁRIA direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo a PERMISSIONÁRIA ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**CORDÉLIA RIBEIRO DO NASCIMENTO**

Permissionária



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.449, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a MARLI DOS SANTOS SILVA, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque n. 06, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 008/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** A permissionária, a sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista à Permissionária qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 008/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a MARLI DOS SANTOS SILVA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 130.352.395-11, RG nº 09143121-20 SSP/BA, residente na Rua Neuci Gonçalves Costa, 08, bairro Marjorie Parque, Macarani-BA, de ora em diante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*'Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

(...)

VOTO

(...)

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*'Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações."*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: "um quiosque n. 06, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta cidade.

**II – FINALIDADE**

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da PERMISSONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

A PERMISSONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

A PERMISSONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

A PERMISSONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir à PERMISSIONÁRIA direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo a PERMISSIONÁRIA ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**MARLI DOS SANTOS SILVA**

Permissionária



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.450, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a JIANE CRUZ DOS SANTOS, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque n. 08, localizado na Praça da União, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 009/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** O permissionário, a sua exclusiva expensa, é o responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 009/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a JIANE CRUZ DOS ANJOS, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 005.349.155-66, RG nº 09.075.413-13 SSP/BA, residente na Rua B, n. 23, Conjunto Habitacional José Lima Neves, (PSH), bairro Marjorie Parque, Macarani-BA, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSONÁRIO, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*'Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

(...)

VOTO

(...)

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*'Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações."*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: "um quiosque n. 08, localizado na Praça da União, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, nesta cidade.

**II – FINALIDADE**

O PERMISSIONÁRIO poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas do PERMISSIONÁRIO, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

O PERMISSIONÁRIO é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

O PERMISSIONÁRIO, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

O PERMISSIONÁRIO será responsabilizado pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

O PERMISSIONÁRIO responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir ao PERMISSIONÁRIO direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo o PERMISSIONÁRIO ser notificado com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**JIANE CRUZ DOS ANJOS**

Permissionário





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.451, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a JOSÉ SOARES ALMEIDA, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque n. 01, localizado na Praça da União, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 010/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** O permissionário, a sua exclusiva expensa, é o responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 010/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a JOSÉ SOARES ALMEIDA, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 932.843.495-53, RG nº 07641971-72 SSP/BA, residente na Rua Jason Alves, 30, bairro Marjorie Parque, Macarani-BA, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

*‘Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

*(...)*

**VOTO**

*(...)*

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*‘Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações.”*

## **I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: “um quiosque n. 01, localizado na Praça da União, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, nesta cidade.

## **II – FINALIDADE**

O PERMISSIONÁRIO poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

## **III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

## **IV – BENFEITORIAS**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas do PERMISSIONÁRIO, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

## **V – PROIBIÇÕES**

O PERMISSIONÁRIO é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

## **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

## **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

O PERMISSIONÁRIO, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

## **VIII – RESPONSABILIDADE**

O PERMISSIONÁRIO será responsabilizado pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

O PERMISSIONÁRIO responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

## **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

## **X – DO IMÓVEL**

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir ao PERMISSIONÁRIO direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

#### **XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo o PERMISSIONÁRIO ser notificado com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

#### **XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**JOSÉ SORES ALMEIDA**

Permissionário



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.452, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a KAROLINE SOUZA SANTOS, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um imóvel, localizado na Avenida Camilo de Jesus Lima, s/n, esquina com a travessa que liga a referida avenida à Praça de Esportes Municipal, antiga cantina do prédio do Colégio Normal São Pedro, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 011/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** A permissionária, a sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista à Permissionária qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 011/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a KAROLINE SOUZA SANTOS, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 403.298.818-84, RG nº 16666881-85 SSP/BA, residente na Rua Jovinião Neres de Carvalho, 247 Centro, Macarani-BA, de ora em diante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*‘Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

*(...)*

**VOTO**

*(...)*

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*‘Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações.”*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: “imóvel, localizado na Avenida Camilo de Jesus Lima, s/n, esquina com a travessa que liga a referida avenida à Praça de Esportes Municipal, antiga cantina do prédio do Colégio Normal São Pedro, nesta cidade.

**II – FINALIDADE**

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açai, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da PERMISSONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

A PERMISSONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

A PERMISSONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

A PERMISSONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir à PERMISSIONÁRIA direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo a PERMISSIONÁRIA ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**KAROLINE SOUZA SANTOS**

Permissionária



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.453, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

*“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a KALLINE ÂNGELO RODRIGUES, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque n. 03, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 012/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** A permissionária, a sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista à Permissionária qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 012/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a KALLINE ÂNGELO RODRIGUES, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 040.714.715-22, RG nº 14197937 21 SSP/BA, residente na Rua Frederico Castro, 19, bairro Santa Elizabete, Macarani-BA, de ora em diante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

*'Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

*(...)*

**VOTO**

*(...)*

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*'Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações."*

## **I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: "um quiosque n. 03, com frente para a Avenida Getúlio Fernandes, localizado na Praça da União, nesta cidade.

## **II – FINALIDADE**

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredes e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

## **III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

## **IV – BENFEITORIAS**

---

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da PERMISSIONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

A PERMISSIONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

A PERMISSIONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

A PERMISSIONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSIONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir à PERMISSIONÁRIA direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo a PERMISSIONÁRIA ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**KALLINE ÂNGELO RODRIGUES**

Permissionária



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.454, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

***“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a RENATO DA LUZ ANDRADE, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 03/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** O permissionário, a sua exclusiva expensa, é o responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista ao Permissionário qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 03/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a RENATO DA LUZ ANDRADE, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 709.456.915-72, RG nº 705852296 SSP/BA, residente na Rua Dr. Hélio Meira, 231, Centro, Macarani-BA, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022







Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*‘Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

*(...)*

**VOTO**

*(...)*

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*‘Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações.”*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: “Um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda.

**II – FINALIDADE**

O PERMISSIONÁRIO poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas do PERMISSIONÁRIO, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**V – PROIBIÇÕES**

O PERMISSIONÁRIO é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

**VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

**VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

O PERMISSIONÁRIO, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

**VIII – RESPONSABILIDADE**

O PERMISSIONÁRIO será responsabilizado pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

O PERMISSIONÁRIO responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

**IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir ao PERMISSIONÁRIO direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

#### **XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo o PERMISSIONÁRIO ser notificado com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

#### **XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**RENATO DA LUZ ANDRADE**

Permissionário



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**DECRETO Nº 1.455, DE 05 DE JULHO DE 2021.**

***“DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE  
BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***

**A Prefeita Municipal de Macarani**, estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo o que dispõe o Art. 110, § 3º da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica outorgado a MARIA APARECIDA SANTOS, permissão de uso, a título precário e gratuito, de bem público municipal, mais precisamente de um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** A permissão de uso segue formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Público nº 013/2021, no qual constam as condições estabelecidas (documento anexo).

**Art. 2º.** A presente permissão é feita em caráter gratuito e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública, vedada outra destinação para o seu uso que não a especificada.

**Art. 3º.** Ao imóvel sobre o qual recai a Permissão de Uso não poderá ser dada outra destinação, sob pena de imediata reversão da posse à Administração.

**Art. 4º.** A permissionária, a sua exclusiva expensa, é a responsável pela manutenção integral do bem ora permitido, bem como por eventuais danos que nele ou em terceira pessoa venham a sofrer face a sua utilização.

**Art. 5º.** Fica reservado ao Município de Macarani-BA, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo deste Decreto ou do Termo firmado, bem como por interesse público e/ou conveniência administrativa, sem que assista à Permissionária qualquer direito de indenização ou retenção, bastando para tanto a notificação administrativa com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, independente de notificação judicial.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

Gabinete da Prefeita Municipal de Macarani, Estado da Bahia, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**  
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 013/2021**

O MUNICÍPIO DE MACARANI, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr<sup>a</sup>. SELMA ROGRIGUES SOUTO, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de Identidade nº 08.837.801-27, inscrita no CPF sob o nº 002.623.305-39, residente e domiciliada na Rua Tereza Rocha Freire, nº 01, Bairro Jardim Guarujá, Macarani-BA, aqui denominada PERMITENTE, OUTORGA a MARIA APARECIDA SANTOS, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 884.476.345-15, RG nº 16893135-44 SSP/BA, residente na Travessa Hermínia Maria dos Santos, 17, bairro Cidade Jardim, Macarani-BA, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIA, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, nos seguintes termos e condições:

**I – DA NATUREZA JURÍDICA DA PRESENTE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Tendo em vista tratar-se de Ato Administrativo discricionário e precário, em razão de ter natureza contratual, a permissão de uso de bem público prescinde de prévio procedimento licitatório, salvo os casos em que legislação específica o exigir.

Nesse sentido, convém trazer à baila os esclarecimentos da ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“É verdade que a Lei nº 8.666/93, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se à permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666/93. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão quando contratados com terceiros, o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente esta situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.*

Consequentemente, a licitação não é um fim em si mesma, mas sim o meio pelo qual se alcança seu objeto, qual seja, o estabelecimento de relação jurídica obrigacional e bilateral entre a Administração e terceiros, por excelência o contrato. Não havendo contrato, ou instrumento equivalente, não há que se falar em licitação, salvo por expressa disposição legal.

Nessa linha, cita-se a seguinte jurisprudência administrativa do Tribunal de Contas da União:

Avenida Camilo de Jesus Lima, 101 – Centro – CEP 45.760-000 – CNPJ 13.751.540/0001-59  
Tel (77) 3274-2021 – Fax: (77) 3274-2022







Prefeitura Municipal de Macarani  
**GABINETE DA PREFEITA**

*'Acórdão TCU no 2585/2007 – Primeira Câmara – Ministro Marcos Bemquerer*

(...)

VOTO

(...)

*Especificamente no que concerne às permissões de uso de bem público nos moldes da que está sendo tratada nos presentes autos, trago à baila trecho da declaração de voto proferida pelo Ministro Benjamin Zymler no âmbito do processo TC 005.752/20004-0 (Acórdão n. 1.054/2004-TCU-Plenário):*

*'Permissões de uso de bem público, em regra, manifestam-se por meio de ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Desta sorte, não há falar em procedimento licitatório. Tais permissões não são abarcadas pelo art. 2º da Lei de Licitações. Entretanto, desviando-se da regra geral, existem as permissões de uso qualificadas. Estas, eis que caracterizadas pela existência da realização de benfeitorias por parte do permissionário e de prazo de término, aproximam-se do instituto da concessão de uso.*

*A existência de prazo, e também da realização das ditas benfeitorias, faz com que a precariedade do ato diminua, de modo que, como dito, a permissão passe a se assemelhar à concessão de uso. Essas permissões qualificadas, ao contrário das outras, devem ser precedidas de procedimento licitatório. Sofrem, portanto, a incidência do art. 2º da Lei de Licitações."*

**I – DO OBJETO**

O presente termo objetiva a permissão de uso de Bem Público a título precário e gratuito, do seguinte imóvel: "Um quiosque localizado na Praça Dr. Paulo Fernandes de Lacerda.

**II – FINALIDADE**

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar o imóvel outorgado, apenas para venda de lanches, refeições, açaí, sorvetes, água de coco, sucos e refrigerantes, bem como outros produtos relacionados, sendo terminantemente proibida a venda de bebida alcoólica durante os horários de funcionamento escolar. Fica estabelecido o uso apenas de som ambiente, vedado o uso de paredões e similares. Eventual modificação do uso a que se destina o imóvel não poderá ser feita sem expressa e escrita autorização da Administração Municipal.

**III – PRAZO**

A presente permissão de uso não possui prazo especificado, podendo ser revogada a qualquer tempo, no interesse da Administração Pública.

**IV – BENFEITORIAS**





**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

Qualquer tipo de edificação realizada no imóvel, objeto da permissão de uso, correrá a expensas da PERMISSONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer a legislação edilícia local, dependendo ainda do consentimento do Município.

#### **V – PROIBIÇÕES**

A PERMISSONÁRIA é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, sem expressa autorização do PERMITENTE.

#### **VI – VALOR**

A presente permissão de uso é de caráter gratuito, sem qualquer ônus recíproco.

#### **VII – HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO**

A PERMISSONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, o imóvel e edificação existente reverterá imediatamente ao Município.

#### **VIII – RESPONSABILIDADE**

A PERMISSONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados aos bens municipais que guarnecem a área objeto desta permissão de uso.

A PERMISSONÁRIA responsabiliza-se por:

- I – todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel, inclusive com o pagamento de água e luz;
- II – pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
- III – manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
- IV – danos causados a terceiros ou ao Município;
- V – proporcionar à comunidade os serviços definidos neste termo de permissão de uso;
- VI – pessoal permanente no local, durante o horário de funcionamento.

#### **IX – FISCALIZAÇÃO**

O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao PERMITENTE.

§ 1º - À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.



**Prefeitura Municipal de Macarani**  
**GABINETE DA PREFEITA**

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na revogação imediata da permissão de uso.

**X – DO IMÓVEL**

Ocorrendo a revogação da presente permissão de uso, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir à PERMISSIONÁRIA direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público.

**XI – REVOGAÇÃO**

A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência da Administração, devendo a PERMISSIONÁRIA ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, para desocupar o imóvel.

**XII – CASOS OMISSOS**

Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e Lei Orgânica Municipal.

Macarani-BA, 05 de julho de 2021.

**SELMA RODRIGUES SOUTO**

Prefeita Municipal

Permitente

**MARIA APARECIDA SANTOS**

Permissionária